

**AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE NO ESTADO DO AMAZONAS: DO  
DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA O SETORIAL**

**FAMILY AGRICULTURE AND SUSTAINABILITY IN THE STATE OF AMAZONAS: FROM LOCAL  
DEVELOPMENT TO THE SECTOR**

**AGRICULTURA FAMILIAR Y SOSTENIBILIDAD EN EL ESTADO DE LASAMAZONAS: DEL  
DESARROLLO LOCAL AL SECTORIAL**

Elane Conceição de Oliveira<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-5539-325X>

Giovanna Beatriz Farias Libania<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-3376-5881>

Lucilene Marques Gama<sup>3</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-2721-8638>

Felipe José Ribeiro<sup>4</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-6359-2862>

**Submissão: 30/11/2020 / Aceito: 05/03/2021 / Publicado: 31/03/2021.**

### **Resumo**

O objetivo deste trabalho é contribuir com as discussões sobre agricultura familiar e sustentabilidade como prerrogativa para o desenvolvimento do setor primário no estado do Amazonas (AM). Para isto, foi realizado levantamento teórico sobre as interrelações existentes entre agricultura familiar, desenvolvimento local e sustentabilidade; diagnóstico socioeconômico e ambiental da região da Amazônia Ocidental; e, levantamento analítico do setor familiar das propriedades rurais do AM por meio do Censo Agropecuário 2017. Segundo os resultados, teoricamente há uma relação direta entre as contribuições da agricultura familiar para o desenvolvimento local, inclusive sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável. Muito embora o setor agropecuário do AM participe apenas com 7% da economia estadual, o setor é expressivamente composto por pequenos agricultores familiares localizados no interior do Estado. O número dos estabelecimentos rurais, em sua maioria, atinge 90% do total, excetuando a pecuária e a aquicultura. As categorias de estrato de terra são inferiores a 10 hectares. O fortalecimento da agricultura familiar na região aumentaria a participação da agropecuária na economia estadual, ajudaria no controle da grande incidência de pobreza monetária da região, controlaria a insegurança alimentar e nutricional e promoveria o desenvolvimento sustentável local.

**Palavras-chave:** agricultura familiar; desenvolvimento local; sustentabilidade; Amazonas.

<sup>1</sup> Doutora em Desenvolvimento Sustentável pelo CDS/UnB. Professora. Escola Superior de Ciências Sociais. Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: [ecoliveira\\_eco@hotmail.com](mailto:ecoliveira_eco@hotmail.com).

<sup>2</sup> Graduada em Economia. Escola Superior de Ciências Sociais. Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: [giovannabeatrizfariaslibania@gmail.com](mailto:giovannabeatrizfariaslibania@gmail.com).

<sup>3</sup> Graduada em Economia. Escola Superior de Ciências Sociais. Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: [lucilenegama.eco@gmail.com](mailto:lucilenegama.eco@gmail.com).

<sup>4</sup> Graduação em Tecnologia Gestão Ambiental. Escola Superior de Tecnologia. Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: [felipejoseribeirouea@gmail.com](mailto:felipejoseribeirouea@gmail.com).

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v30i54.5940> | Edição Vol. 30, Núm. 54, 2021.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

### Abstract

The objective of this work is to contribute to the discussions on family agriculture and sustainability as a prerogative for the development of the primary sector in the state of Amazonas (AM). For this, a theoretical survey was carried out on the interrelations between family agriculture, local development and sustainability; socioeconomic and environmental diagnosis of the Western Amazon region; and, analytical survey of the family sector of rural properties in AM through the 2017 Census of Agriculture. According to the results, theoretically, there is a direct relationship between the contributions of family agriculture to local development, including from the perspective of sustainable development. Although the agricultural sector of AM participates with only 7% of the state economy, the sector is significantly composed of small rural farmers located in the interior of the State. The number of rural establishments, in the majority, reaches 90% of the total, except livestock and aquaculture. Land stratum categories are smaller than 10 acres of land. The strengthening of family agriculture in the region would increase the participation of agriculture in the state economy, would help control the high incidence of monetary poverty in the region, would control food and nutritional insecurity, and, would promote local sustainable development.

**Keywords:** family agriculture; local development; sustainability; Amazonas.

### Resumen

El objetivo de este trabajo es contribuir a las discusiones sobre la agricultura familiar y la sostenibilidad como prerogativa para el desarrollo del sector primario en el estado de Amazonas (AM). Para ello, se realizó un relevamiento teórico sobre las interrelaciones entre agricultura familiar, desarrollo local y sostenibilidad; diagnóstico socioeconómico y ambiental de la Amazonía Occidental; y, relevamiento analítico del sector familiar de predios rurales en AM a través del Censo Agropecuario 2017. Según los resultados, teóricamente existe una relación directa entre los aportes de la agricultura familiar al desarrollo local, incluso desde la perspectiva del desarrollo sostenible. Si bien el sector agropecuario de AM participa con solo el 7% de la economía estatal, el sector está compuesto significativamente por pequeños agricultores familiares ubicados en el interior del Estado. El número de establecimientos rurales, en su mayoría, alcanza el 90% del total, excepto ganadería y acuicultura. Las categorías de estratos de tierra son menos de 10 hectáreas. El fortalecimiento de la agricultura familiar en la región aumentaría la participación de la agricultura en la economía estatal, ayudaría a controlar la alta incidencia de pobreza monetaria en la región, controlaría la inseguridad alimentaria y nutricional y promovería el desarrollo local sustentable.

**Palabras clave:** agricultura familiar; desarrollo local; sustentabilidad; Amazonas

### INTRODUÇÃO

A Década das Nações Unidas para Agricultura Familiar 2019-2028 reconhece a importância global dos agricultores familiares para o desenvolvimento sustentável no contexto da Agenda 2030 e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Essa importância da agricultura familiar se dá por causa de seu *status* como categoria social e política, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local (SCHNEIDER,

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v30i54.5940> | Edição Vol. 30, Núm. 54, 2021.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

2003).

No entanto, em regiões como a Amazônia, os autores Santos e Mitja (2012) relatam que a prática da agricultura tem contribuído pouco para o desenvolvimento local, em virtude da falta de tecnologia dos produtores rurais; dos atravessadores comprarem barato do produtor e revenderem mais caro; da não regionalização dos produtos consumidos em repartições públicas locais; e, da falta de financiamento, assistência técnica e infraestrutura nas comunidades rurais.

Parece, então, que a agricultura familiar vive um verdadeiro paradoxo: um setor relevante para o desenvolvimento local, mas deficiente de políticas públicas regionalmente bem focadas. Ora, se cada local possui uma orientação vocacional que lhe é própria, é natural que as políticas públicas sejam bem direcionadas, potencializando atividades associadas às vocações naturais de cada região.

O objetivo deste trabalho é contribuir com as discussões sobre agricultura familiar e sustentabilidade como prerrogativa para o desenvolvimento do setor primário do estado do Amazonas (AM). Para isto, primeiramente, é realizado levantamento bibliográfico sobre as interrelações existentes entre agricultura familiar, desenvolvimento local e sustentabilidade. Em seguida, é realizado levantamento do número e da área dos estabelecimentos agropecuários por atividade econômica por meio do Censo Agropecuário 2017, com a finalidade de analisar o setor familiar das propriedades rurais.

Além dessa seção introdutória, a segunda seção faz uma discussão sobre as interrelações entre agricultura familiar, desenvolvimento local e sustentabilidade. Na terceira seção, é realizada uma breve avaliação socioeconômica e ambiental da região da Amazônia Ocidental; além de uma análise do setor agropecuário familiar do AM por meio do número e das áreas dos estabelecimentos da região com base no Censo Agropecuário de 2017. Na quarta seção faz uma discussão tentando aproximar um modelo de desenvolvimento local a partir de uma agricultura familiar sustentável.

#### **AGRICULTURA FAMILIAR, DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTABILIDADE**

A importância da agricultura familiar para o país não é recente. Mattei (2014) afirma que, desde o início do colonialismo no Brasil, entre os séculos XIV a XIX, a agricultura familiar – por muito tempo chamada de agricultura de subsistência – faz parte da rotina das atividades produtivas do país, e já estava presente desde os primeiros povos agricultores da pré-história brasileira. No entanto, apenas se firmou como agricultura de subsistências a partir da chegada dos colonizadores,

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v30i54.5940> | Edição Vol. 30, Núm. 54, 2021.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

onde foram intensificadas práticas de escambo e comercialização de minérios, afirma o autor.

A agricultura familiar no país tem sido resultado de uma conjunção entre interesses das classes sociais rurais, pesquisas científicas e políticas públicas, ao longo dos anos. Segundo Niederle *et al* (2014), nos anos 1990, enquanto no âmbito político-institucional uma série de movimentos reivindicava um novo olhar com relação à realidade dos pequenos produtores, na academia produziam-se alguns estudos que iriam reorientar não apenas a ação do Estado, mas nossa própria compreensão sobre o lugar e a importância da agricultura familiar.

As consequências conjuntas desses movimentos sociais e políticos institucionais deram um novo panorama para a agricultura familiar brasileira em função da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996; da institucionalização das diretrizes sobre a formulação do PRONAF estabelecendo o conceito de agricultor familiar e empreendedor familiar rural por meio da Lei nº 11.326, em 2006; da criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional por meio da Lei nº 11.346, em 2006; da criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) por meio da Lei nº 12.188, em 2010; da criação da Lei nº 13.839/2019 sobre a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial, da agricultura tradicional e familiar.

E mais, segundo Abramovay (1999), quanto maior for o dinamismo e a diversificação das cidades impulsionados pela interiorização do processo de crescimento econômico, mais significativas serão também as chances para que a população rural preencha um conjunto variado de funções para a sociedade e por aí deixe de ser encarada como um reservatório de mão-de-obra sobrando. O autor esclarece que, pela diversificação de seu sistema urbano, o desenvolvimento brasileiro vai exigir uma nova dinâmica territorial, onde o papel das unidades familiares pode ser decisivo. A exploração dessa nova dinâmica territorial supõe políticas públicas que estimulem a formulação descentralizada de projetos capazes de valorizar os atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento, complementa o autor.

Campanhola e Silva (2000) definem desenvolvimento local como sendo um processo de construção coletiva, prevalecendo as necessidades sociais e culturais, devendo estar sincronizadas com as oportunidades locais de desenvolvimento, seja nos aspectos econômicos da inserção no mercado, seja em aspectos dos recursos naturais disponíveis e de sua conservação. O desenvolvimento local deve, segundo os autores, ser acima de tudo um processo de reconstrução

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v30i54.5940> | Edição Vol. 30, Núm. 54, 2021.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

social, que deve se dar “de baixo para cima” e contar com a participação efetiva dos atores sociais. Então, uma abordagem do desenvolvimento local sustentável, de acordo com Santos e Mitja (2012 *apud* Cruz e Valente, 2004), considera que as comunidades devem explorar características e potencialidades próprias, na busca de especialização de atividades que lhes tragam vantagens comparativas de natureza econômica, social, política e tecnológica, aumentando a renda e as formas de riqueza, respeitando a preservação dos recursos naturais renováveis.

No entanto, segundo Santos e Mitja (2012), apesar da agricultura familiar ser responsável por mais de 70% da produção de alimentos do país, ser a base econômica de cerca de 90% dos municípios, a agricultura familiar brasileira depara-se com dificuldades em responder aos desafios de maior competitividade da agricultura interna e globalizada. Internamente, os desafios são de aumentar a produção de alimentos e, ao mesmo tempo, gerar novas oportunidades de trabalho e renda para os agricultores; promover a reconversão do êxodo rural e dos agricultores em processo de exclusão do meio produtivo, afirmam os autores. Além disso, um dos grandes entraves para o produtor de pequena escala é a comercialização do excedente de sua produção, complementam.

Para uma visão mais regional, estudos de Guilhoto *et al* (2007) mostram que, nas regiões Norte, Sul e Nordeste, a agricultura familiar tem uma contribuição expressiva para o Produto Interno Bruto (PIB), mas no Centro-Oeste e Sudeste, sua participação é bem inferior. Na região Norte, onde agora se encontra a fronteira de expansão agrícola, tem grande participação do familiar, mas o montante do próprio agronegócio total é baixo se comparado com o de outras regiões, explicam os autores. E mais, as propriedades familiares do Norte e também do Nordeste são bem diferentes das do Sul, pois sua existência é derivada de uma agricultura atrasada e de subsistência, ainda mantida pela saturação e o desemprego nos centros urbanos, afirmam os autores.

Em relação apenas à região Amazônica, no trabalho de Santos e Mitja (2012), desenvolvido na Comunidade de Palmares II, Parauapebas/PA, é revelado que, em geral, a prática da agricultura pouco tem contribuído para o desenvolvimento local na Amazônia, devido a entraves como esses mencionados acima. Adicionalmente, os autores citam a falta de financiamento, de assistência técnica e de infraestrutura nas comunidades rurais. Estudos como o de Martinot *et al* (2017), que buscou identificar os fatores determinantes que levam os agricultores familiares tradicionais do baixo rio Manacapuru/AM a se engajarem na atividade do extrativismo, mostraram que os agroextrativistas enfrentam um dos maiores problemas estruturais e históricos para a agricultura familiar ribeirinha, que é a questão da regularidade fundiária da terra. Já o trabalho de Silva e Fraxe

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v30i54.5940> | Edição Vol. 30, Núm. 54, 2021.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

(2012), desenvolvido nas Comunidades Mocambo e Caburi, no município de Parintins/AM, mostraram que há uma insustentabilidade econômica nessas comunidades por conta de baixa renda, da dependência de renda social (como: bolsa família), da falta de incentivo às atividades econômicas, do não investimento do poder público municipal no setor primário (agricultura, pesca, extrativismo).

Uma das soluções apontadas por Santos e Mitja (2012) tem sido a verticalização da produção familiar. A verticalização agrega valor ao produto quando o transforma, e tira-o da condição de perecível quando permite ao produtor aguardar a hora adequada para comercialização, sem a necessidade de venda imediata após a colheita. Laceda et al (2007) já alertava que estas perspectivas têm transformado o espaço rural brasileiro em uma nova possibilidade de aumento da renda local e uma alternativa para o desenvolvimento local das comunidades rurais.

Sob o prisma da sustentabilidade (estabilidade, resiliência, equidade) são muitas as vantagens apresentadas pela organização familiar na produção agropecuária, devido à sua ênfase na diversificação e na maleabilidade de seu processo decisório (VEIGA, 1996).

“Os conceitos de agricultura sustentável e agricultura de precisão tem se tornado mais presente no cotidiano dos agricultores. Juntos eles proporcionam uma nova forma de ver o agronegócio e pensar a produção. Enquanto o primeiro prega uma lavoura em consonância com a sustentabilidade ambiental, o segundo traz a tecnologia para o dia a dia dos agricultores. A agricultura de precisão, sem dúvidas, é revolucionária para o produtor rural e mostra como a indústria 4.0 pode ser aplicada na lavoura. O que antes era considerado um trabalho braçal agora divide espaço com a inteligência artificial” (PETRONAS, 2020). Como podemos perceber a indústria 4.0 para o setor rural não só facilita o trabalho do produtor, como auxilia na busca de uma agricultura mais sustentável, mesmo que no estado do Amazonas esta tecnologia ainda seja inacessível a muitos por haver poucos incentivos. Considerar o meio ambiente, a cultura e a saúde do solo exigem um alto grau de conhecimento técnico que, em momento algum, descartam a ciência agrônoma moderna.

Antigamente, mal se apercebe a ideia de agricultura sustentável, para Rocha e Brandenburg (2003) não há ainda uma definição clara e objetiva do que seja agricultura sustentável, fator que se torna, em muitos casos, um grave entrave na definição de políticas de desenvolvimento para as regiões agrícolas. Para eles, o esforço em elaborar uma conceituação de desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar é um desafio para aqueles que se empenham na busca de uma

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v30i54.5940> | Edição Vol. 30, Núm. 54, 2021.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

sociedade mais coerente com os princípios da sustentabilidade definidos no Relatório de Brundland, que sugere ações que promovam a satisfação das necessidades das gerações presentes sem comprometer as possibilidades das gerações futuras. Apesar disso, Rocha e Brandenburg (2000) apontam três caminhos estratégicos para uma agricultura familiar sustentável: a pluriatividade, a agroecologia e o associativismo, assim relatados:

Segundo Rocha e Brandenburg (2003), a pluriatividade, em algumas regiões do mundo, passou a ser uma das estratégias que melhor têm conseguido manter a capacidade de reprodução social e econômica das famílias dos pequenos agricultores familiares. Mesmo que a pluriatividade revele alguma segurança econômica, ela ainda não remunera o suficiente as famílias, o que faz com que o agricultor não abandone a produção primária e tenha receio em se desfazer da terra, a qual se revela como garantia de sua subsistência, afirma os autores. Para Schneider (2009), a pluriatividade implica uma “forma de gestão do trabalho doméstico em que o trabalho agrícola se encontra sempre incluído, podendo não ser, no entanto, uma atividade exclusiva ou mesmo a atividade mais importante”. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica, podendo ser também motivadas por considerações não-relacionadas à agricultura.

Quanto à agroecologia, Rocha e Brandenburg (2003 *apud* Altieri, 2000) explicam que para a expansão e o sucesso da agroecologia se dá pela inaptabilidade que os agricultores familiares tiveram para incorporarem estratégias produtivas com técnicas convencionais (insumos e maquinários). Segundo eles, a agroecologia se trata de uma estratégia coerente com os princípios culturais, políticos e econômicos de cada região, fator que favoreceu a implantação entre os agricultores familiares dos países mais pobres. Além disso, a agroecologia promove os conhecimentos e a experiência que os agricultores da região possuem sobre as peculiaridades ambientais do lugar onde vivem, afirmam os autores.

Neves et al (2020) ressaltam que as mobilizações em torno a agroecologia conseguiram gerar uma massa crítica e pressão social que influenciou a definição de políticas, mais ou menos, alinhadas a demanda por apoio a produção familiar, orgânica e, finalmente, agroecológica, que teve um momento emblemático com a instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), em 2012. Segundo os autores, a agricultura em bases agroecológicas implica muitas vezes em transformações amplas e radicais, embora possam - e muitas vezes começam - com algumas práticas e transformações locais e de forma gradual dentro de processos de “transição agroecológica”. Outras vezes, exigem um alto grau de resistência para seguir em territórios e

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v30i54.5940> | Edição Vol. 30, Núm. 54, 2021.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

produzindo de forma familiar e tradicional, fora da agricultura industrial, recebendo suas pressões, com pouco e descontínuos apoios dos governos pelas políticas públicas.

Por fim, quanto ao associativismo, Rocha e Brandenburg (2003 *apud* Putnam, 1996) afirmam que o capital social é uma variedade de diferentes grupos ou organizações, que possuem características facilitadoras de ações individuais, que por sua vez estão inseridas no interior da estrutura social. Sendo assim, este “grupo” pode se tornar produtivo, quando permite atingir objetivos específicos, que não seriam alcançados se, porventura, não estivesse presente. Lüchmann (2014) relata que os estudos de Putman apontam o peso do capital social e, mais especificamente, das associações para a promoção de redes de “*engajamento cívico*” que são centrais para a vida democrática. De acordo com Putman, explica a autora, o principal fator que explica o bom desempenho de um governo é certamente até que ponto a vida social e política de uma região se aproxima do ideal de “*comunidade cívica*”. Um dos ingredientes principais da comunidade cívica é o associativismo voluntário, que limita o individualismo e a desconfiança que são corrosivos à sociedade democrática, desenvolvendo comportamentos e atitudes pautadas na solidariedade e no engajamento comum, afirma Lüchmann.

## CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO E O SETOR RURAL FAMILIAR

### Socioeconomia da região da Amazônia Ocidental

As primeiras tentativas abrangentes de planejamento socioeconômico para a Amazônia começaram apenas na década de 1950; intensificando-se, nas décadas de 1960 e 1970, o processo de desenvolvimento e ocupação da região como meta de alta prioridade do governo brasileiro (MAHAR, 1978, p. 3). Para tanto, com a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM), em 1964, pelo Decreto-Lei nº 288, os benefícios do modelo ZFM foram estendidos para a região da Amazônia Ocidental por meio do Decreto-Lei nº 356, de 1968.

Abrangendo alguns Estados do Norte do país (Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia), a região da Amazônia Ocidental (AO) detém 43,9% da área territorial da Amazônia Legal, 58,3% das florestas e 20,8% do desmatamento acumulado da Amazônia. Com relação à distribuição de renda, 48,1% da população dessas regiões apresentavam rendimento mensal domiciliar *per capita* de até ½ salário mínimo, 76% apresentavam rendimentos de até 1 salário mínimo e apenas 7,8% possuíam

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v30i54.5940> | Edição Vol. 30, Núm. 54, 2021.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

rendimentos superiores a dois salários mínimos. Diante de um dos temas centrais da Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável (pobreza monetária), 43,1% da população viviam com rendimento inferior a US\$ 5,50 PPC (cerca de R\$ 406,00 mensais). Também, a Região Norte obteve elevada participação de alimentos *in natura* ou minimamente processados (58,2%), indicando predominância de padrões alimentar baseados em alimentos frescos. Para isto ver Figura 1 abaixo:

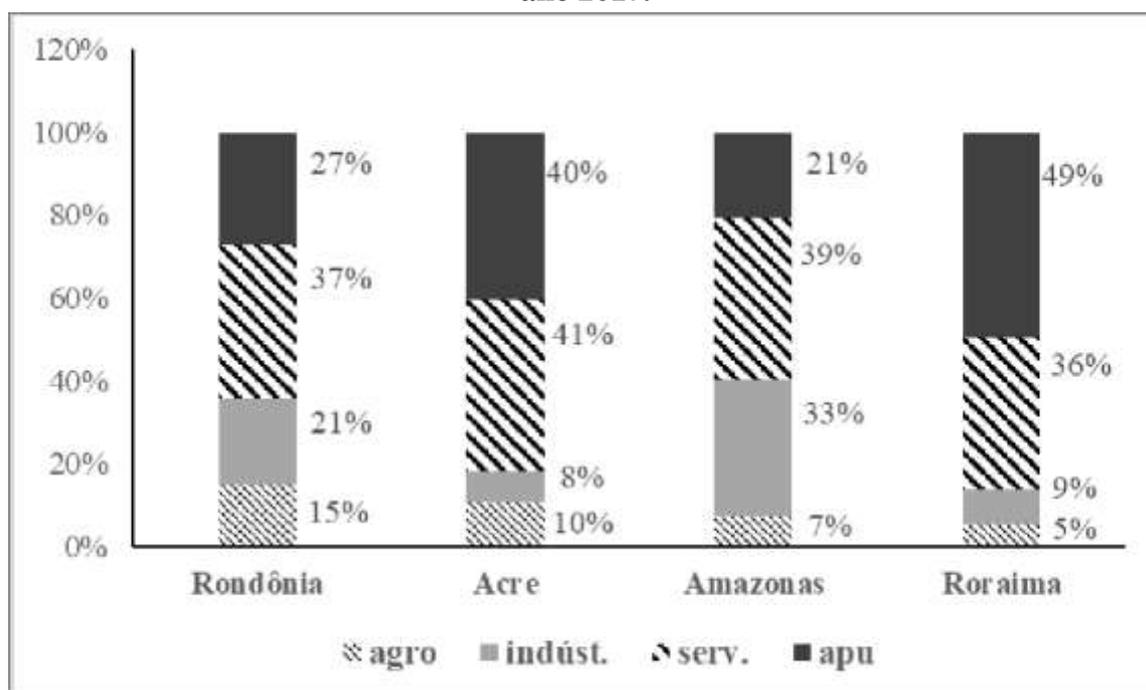
**Figura 1 – Indicadores socioambientais das regiões brasileiras e Amazônia Ocidental.**

Região	área (mil hectares, 2016)			rendimento domiciliar <i>per capita</i> (R\$ salário mínimo, 2017) (%)			Pobreza monetária (US\$ 5,50 PPC) (%)		Alimentos <i>in natura</i> ou minimamente processados (%)
	territorial	floresta	desmat. acumul.	até 1/2	até 1	> 1	2016	2017	2017/2018
Amazônia Ocidental (AO)	2.227,2	1.873,0	162,0						
Amazônia Legal (AL)	5.071,9	3.214,8	777,2						
<b>AO / AL (%)</b>	<b>43,9</b>	<b>58,3</b>	<b>20,8</b>						
Norte				48,1	76,0	7,8	43,7	43,1	58,2
Nordeste									54,5
Sudeste									44,9
Sul									47,3
Centro-Oeste									50,7

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do PRODES/INPE; SIS/IBGE; POF/IBGE.

O Gráfico 1 mostra a participação do valor adicionado bruto (VAB) em relação ao VAB Total, por Estado da região da AO, em 2017.

**Gráfico 1 – Valor Adicionado Bruto (VAB) por atividade econômica da Amazônia Ocidental, ano 2017.**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE.

O setor agropecuário destaca-se como sendo o que tem menor participação nessa relação em toda a região, com razoável exceção de Rondônia (RO) (15%). A participação da indústria também é baixa, especialmente no Acre (AC) (8%) e em Roraima (RR) (9%). O estado do Amazonas (AM) é o que tem maior participação da indústria na economia estadual em função da indústria de transformação do Polo Industrial de Manaus (PIM). Os serviços participam em média com, aproximadamente, 40%, enquanto a administração pública (APU) possui relativa participação no VAB Total, com exceção dos Estado do Acre (40%) e de Roraima (49%).

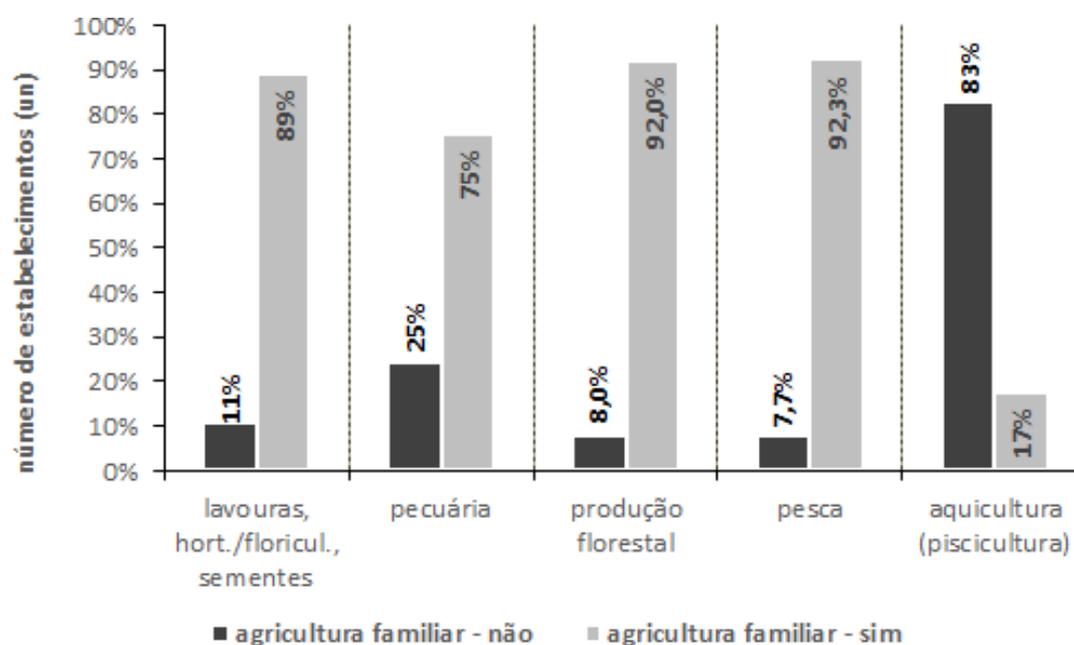
#### SETOR RURAL FAMILIAR DO ESTADO DO AMAZONAS

No Gráfico 2, aproximadamente, 90% dos estabelecimentos agropecuários do AM são de agricultores familiares, com exceção da piscicultura.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v30i54.5940> | Edição Vol. 30, Núm. 54, 2021.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

**Gráfico 2 – Número dos estabelecimentos agropecuários do AM, ano 2017.**

Fonte: Elaboração própria a partir do Censo Agropecuário 2017 – IBGE.

Na Tabela 1, em termos de extratos de terra, é predominante o número de estabelecimentos familiares em propriedades com menos de 10 ha, com exceção da pecuária e da piscicultura. Mas, as áreas ocupadas por essas atividades não seguem as mesmas características dos estratos dos estabelecimentos, pois elas estão concentradas nos estratos de áreas de 10 a menos de 100 ha e também em áreas a partir de 100 ha.

**Tabela 1 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários do AM.**

Atividade econômica	Número de estabelecimentos (%)				Área dos estabelecimentos (%)			
	inferior a 10 ha	10 a menos de 100 ha	a partir de 100 ha	produtor sem terra	inferior a 10 ha	10 a menos de 100 ha	a partir de 100 ha	produtor sem terra
lavoura temporária	60,3	30,9	4,4	4,4	7,3	48,8	43,9	0,0
horticultura e floricultura	62,9	32,7	2,9	1,5	9,7	64,4	25,9	0,0
lavoura permanente	47,7	45,5	6,6	0,2	4,3	47,4	48,3	X
pecuária	19,5	50,6	29,5	0,4	0,4	14,3	85,3	X
produção florestal (florestas plantadas)	50,0	37,8	12,2	0,0	2,4	41,9	55,7	0,0
produção florestal (florestas nativas)	58,9	21,4	6,3	13,4	4,8	34,6	60,6	0,0
pesca	71,5	17,4	2,6	8,4	13,0	46,5	40,5	0,0
aquicultura	24,3	57,5	18,2	0,0	X	33,4	66,6	0,0

Fonte: Elaboração própria a partir do Censo Agropecuário 2017 – IBGE

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v30i54.5940> | Edição Vol. 30, Núm. 54, 2021.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Por exemplo, 58,9% dos estabelecimentos da atividade de produção florestal em florestas nativas estão concentrados em estratos de áreas inferior a 10 ha; no entanto, a área ocupada por eles concentra apenas 4,8% do espaço total. Ao passo que as propriedades rurais com estratos de terra a partir de 100 ha participam com apenas 6,3% do total dos estabelecimentos da atividade de florestas nativas, mas ocupam 60,6% da área total ocupada dessa atividade.

O Gráfico 3 mostra a taxa de crescimento do valor bruto da produção (VBP), de 2017 em relação ao ano anterior, dos principais produtos produzidos pela agricultura familiar do AM, como: mandioca (10,2%), farinha de mandioca (7,5%), banana (0,2%), laranja (-32,1%), açaí (fruto) (29,1%), maracujá (-9,3%), arroz em casca (2,8%), abacaxi (20,8%), goiaba (42,2%), cana-de-açúcar (8,2%), feijão (2,3%), cupuaçu (-31,0%), castanha-do-Pará (-26,7%), bovino (3,2%); pesca e aquicultura (0,7%).

**Gráfico 3 – Taxa de crescimento da agricultura familiar do AM, ano 2017/2016.**



Fonte: Elaboração própria a partir das contas regionais do AM – IBGE.

### **Agricultura familiar e sustentabilidade: do desenvolvimento local para o setorial**

Nesta seção é abordado três questões chaves para compreender que o desenvolvimento local da agricultura familiar em bases sustentáveis é condição *sine qua non* para o desenvolvimento setorial primário do Estado: os sistemas agroflorestais (SAF's) da agricultura familiar amazônica; o baixo desenvolvimento econômico dos povos da região associado a uma aquisição alimentar domiciliar saudável; e, por último, o caráter essencialmente familiar da agropecuária amazonense e

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v30i54.5940> | Edição Vol. 30, Núm. 54, 2021.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

a segurança alimentar na região. Esses aspectos permitem defender que o desenvolvimento do setor primário do Estado deve ser sustentado por meio do desenvolvimento local da agricultura familiar em consonância com os diferentes aspectos territoriais, ambientais, sociais e produtivos de cada região do AM.

### **Os sistemas agroflorestais (SAF's) da agricultura familiar amazônica**

Na Amazônia, a agricultura familiar caracteriza-se como uma importante forma de organização da produção que associa família, produção e trabalho nos diversos ambientes de produção terrestres e aquáticos (FRAXE *et al.*, 2007). Os agricultores familiares amazônicos se caracterizam por serem pluriativos e exercerem uma pluralidade de atividades que são fundamentais para complementar seus rendimentos e suas necessidades de sobrevivência, afirmamos autores. No Amazonas, segundo Fraxe *et al.* (2007), a agricultura familiar está baseada em Sistemas Agroflorestais (SAF's) diversificados, os quais apresentam grande potencial como componente de estratégias de desenvolvimento local, pois diversifica a produção nas unidades produtivas, propiciando maior proteção contra as variações dos preços e menor pressão sobre a capacidade dos mercados de absorver um determinado produto. Além de contribuírem para a manutenção dos fatores edáficos, ou seja, que regulam o solo e ajudam na regulação e ciclagem de nutrientes para recuperação de fragmentos florestais, matas ciliares, áreas degradadas e paisagens (FRAXE *et al.*, 2007 *apud* NAIR, 1991; BAGGIO, 1992; AMADOR; VIANA, 1998; WANDELLI *et al.*, 2000).

Os SAF's se alinham à proposta de Rocha e Brandenburg (2003) sobre a busca por uma agricultura familiar sustentável baseada na agroecologia. Segundo os autores, considerando que a sustentabilidade agrícola pode ser definida, de modo geral, como a atividade econômica capaz de suprir as necessidades presentes, sem restringir as opções para o futuro. Ou dito de outra forma, os recursos naturais que serão necessários para o futuro, não podem ser esgotados na satisfação de consumo do presente, para que se chegue à medidas coerentes de uma agricultura realmente sustentável.



## O baixo desenvolvimento econômico dos povos da região

É importante avaliar que, aproximadamente, 50% da população ribeirinha do Amazonas apresenta rendimento mensal domiciliar *per capita* de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, também foi elevada a participação de alimentos *in natura* ou minimamente processados na Região Norte, no meio rural e entre famílias com menor renda, que as outras regiões brasileiras (Nordeste, 54,5%; Sudeste, 44,9%; Sul, 47,3% e Centro-Oeste, 50,7%). Este último ponto de grande relevância mostra a possibilidade de assegurar alimentos de qualidade nutricional para as populações por meio do desenvolvimento rural na região. Em tempos cada vez mais artificiais é importante reduzir a fome e a subnutrição dos povos da floresta a partir da agregação de valor local já existente no meio rural familiar.

No entanto, segundo Meneghetti e Souza (2015), o espaço da agricultura familiar no Estado só pode ser entendido considerando alguns elementos que podem determinar sua existência, ou não, no futuro enquanto categoria social: a estrutura agrária, o ambiente físico e institucional em que ela está envolvida, o limite de uso da terra para o desenvolvimento agrícola, a tecnologia que usa e a que poderia ser utilizada, o processo de inovação possível, o papel institucional da categoria enquanto produtora de alimentos para o Estado e, como último elemento, não menos importante que os anteriores, estão as expectativas das famílias em relação ao seu futuro, seu modo de vida e seu bem-estar. As políticas públicas, neste sentido, precisam ser debatidas e não apenas outorgadas, afirmam os autores.

## A agricultura familiar amazonense e a segurança alimentar na região

A característica familiar da agropecuária amazonense é formada por um percentual elevado de propriedades rurais e sua produção agrícola é basicamente de baixo impacto ambiental, como: mandioca; banana; peixe; farinha de mandioca; açaí (fruto); castanha-do-Pará; diversas espécies nativas de frutas; hortifrutis; gado bovino e outros animais; entre outros. Não obstante o caráter familiar, há interligação com o mercado, ainda que relativamente pequena. Essa relação do meio rural com o mundo externo depende de muitos fatores, entre eles da capacidade do meio rural gerar excedente produtivo em escala suficiente para abastecer o mercado demandante. Um caso emblemático local é o da farinha de mandioca: a composição da demanda final da farinha de

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v30i54.5940> | Edição Vol. 30, Núm. 54, 2021.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

mandioca do AM era, em 2006, 50% destinada às exportações para o resto do Brasil e 50% para o consumo das famílias. No entanto, a produção regional só abastecia em torno de 75% dessa demanda, surgindo uma demanda insatisfeita em torno de 25%, que era suprida pelas importações de outras unidades da federação (UF's).

Neste caso, a pluriatividade no meio rural, em termos de oferta de alimentos, deve gerar mudanças sociais e econômicas locais não só para o pequeno agricultor familiar, mas também para uma cadeia interligada de fenômenos e processos sociais codependentes. Para Abramovay (1999), a importância da agricultura familiar se dá do ponto de vista da dinâmica territorial brasileira, pois quanto maior for o “dinamismo e a diversificação das cidades impulsionados pela interiorização do processo de crescimento econômico, mais significativas serão também as chances para que a população rural preencha um conjunto variado de funções para a sociedade”.

Hoje, o binômio agricultura familiar e segurança alimentar é uma verdade no País para o desenvolvimento local. O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) traz informações relevantes nesse contexto: a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial, da agricultura tradicional e familiar; a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos; a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País; e, a formação de estoques reguladores e estratégicos de alimentos. Nesse particular, para Corona e Pereira (2013), a política de SAN estende a dimensão da segurança alimentar para o desenvolvimento local, ao proporcionar que a agricultura familiar seja um dos campos de incidência dessa política, juntamente com outras formas de organização da sociedade, responsáveis pelos processos de produção, distribuição, acesso e consumo de alimentos. Desse modo, o governo procura executar a política pública de SAN preconizando o desenvolvimento de comunidades rurais e reconhecendo esse espaço como responsável pela produção alimentar, afirmam os autores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da agricultura familiar é singular e está associada à geração de emprego e renda no meio rural e à produção de alimentos para si e para o outro.

O estado do AM, assim como grande parte da região da Amazônia Ocidental, não possui

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v30i54.5940> | Edição Vol. 30, Núm. 54, 2021.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

características agrícolas fortes do ponto de vista da participação do setor agropecuário na economia estadual. Na verdade, toda a região da Amazônia Ocidental carece de políticas públicas de desenvolvimento mais direcionadas às vocações locais, haja vista os indicadores de rendimento domiciliar *per capita*, onde 48,1% da população da região Norte percebe até ½ salário mínimo.

De qualquer forma, a agricultura familiar amazonense ainda consegue abastecer o mercado local informal, apesar de não haver muitas medidas sanitárias e não ser muito praticada a verticalização dos produtos, muitas vezes por falta de conhecimento ou mesmo incentivo aos pequenos agricultores.

A agricultura familiar na região é diversificada, especialmente, porque está aliada culturalmente aos sistemas agroflorestais por natureza e pode ser considerada um espaço de reprodução social sem precedentes tanto para o meio rural familiar quanto para a sociedade em geral.

Os fatores outrora discutidos se conjugados denotam, peculiarmente, o *modus operandi* (modo de operação), o *modus faciendi* (o modo de fazer) e o *modus vivendi* (o modo de viver) do agricultor familiar, ou seja, fixar suas rotinas e os seus processos de realização dentro da territorialidade, e verificar como desempenha suas funções e como o camponês familiar do AM se constitui e se reproduz social, econômico e ambientalmente.

O fortalecimento da agricultura familiar no vasto território amazonense levaria não só a um melhor desempenho do setor rural estadual, mas também ajudaria no combate à pobreza e no desenvolvimento sustentável local.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária** – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols. 28 n°s 1,2 3 e 29, n°1 – Jan/dez 1998 e jan./ago. 1999.

BEZERRA, G. J.; SCHLINDWEIN, M. M. **Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local**: uma análise para Dourados, MS, Brasil. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 18, n. 1, p. 3-15, jan./mar. 2017.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.17, n.1, p.11-40, jan./abr. 2000.

CORONA, H. M. P.; PEREIRA, A. A. Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional: a comunidade da península da ilha do cavernoso no município de Candói/PR. **Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN**, Natal, v. 14, n.2, p.108 - 128 jul./dez. 2013, ISSN 1518-0689.

FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. **Comunidades ribeirinhas**

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v30i54.5940> | Edição Vol. 30, Núm. 54, 2021.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

**amazônicas:** modos de vida e uso dos recursos naturais. Reggo, 2007.

GUILHOTO J.M.; ICHIHARA S.M.; SILVEIRA F.G.; GAIGER F.; DINIZ, B.P.C.; AZZONI, C.R.; MOREIRA G.R.C. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados.** Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA), Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). 2007.

LACERDA, L.; ALBUQUERQUE, L. B. de; MILANO, S. M. Z.; BRAMBILLA, M. **Agroindustrialização de alimentos nos assentamentos rurais do entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena e sua inserção no mercado turístico, Bonito/MS. Interações** (Campo Grande) [online]. 2007, vol.8, n.1.

LÜCHMANN, L. H. H. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista brasileira de ciências sociais**, vol. 29, n° 85, junho/2014.

MACHADO, M; ROCHA, D. F.; CAMPOS, M. M.; **Agricultura Familiar, Ruralidades e Programa de Aquisição de Alimentos ( PAA):** uma necessária Política Pública, in: Anais do Seminário Nacional da Pós-graduação em Ciências Sociais – UFES, v. 1, n. 1, Vitória, 2011, p. 6.

MAHAR, D. J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia:** uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1978. 259 p.

MARTINOT, J. F.; PEREIRA, H. S.; SILVA, S. C. P. Coletar ou Cultivar: as escolhas dos produtores de açaí-da-mata (Euterpe precatoria) do Amazonas. **Rev. Econ. Sociol. Rural**. 2017, vol.55, n.4.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014.

MENEGHETTI, G. A.; SOUZA, S. R.A. Agricultura familiar do Amazonas: conceitos, caracterização e desenvolvimento. **Revista terceira margem Amazônia**, EMBRAPA, v. 1, n. 5, 2015.

NEVES, E. F. DAS; LIMAI, M. M. T.; GONÇALVES, G. E. Agroecologia e tecnologia social como caminhos para o desenvolvimento rural integral: uma aproximação. **Econ. e Desenv.**, Santa Maria, v.32, ed. esp., e9, p. 01 - 13, 2020.

NIEDERLE, P. A.; FIALHO, M. V.; CONTERATO, M. A. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil - aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 9-24, 2014.

ONU BRASIL. Agricultura familiar e sustentabilidade. Publicado em junho/2019. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/artigo-agricultura-familiar-e-sustentabilidade/>>. Acesso em: 01 abril de 2020.

PETRONAS, FLUID TECHNOLOGY SOLUTIONS, INOVAÇÃO INDUSTRIAL, **Agricultura Sustentável: o que é e quais os desafios dessa modalidade.** Santiago Balesteros,

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v30i54.5940> | Edição Vol. 30, Núm. 54, 2021.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

MG. 04 ago. 2020. Disponível em: <https://inovacaoindustrial.com.br/agricultura-sustentavel/>. Acesso em: 01 mar. 2021.

ROCHA, J. M. da; BRANDENBURG, A. Limites e desafios da agricultura familiar: a sustentabilidade em questão. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 2, p. 93-104, 2003.

SANTOS, A. M. dos; MITJA, D. Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA. **Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 39-48, jan./jun. 2012.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 258 p.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. Revista brasileira de ciências sociais, **RBSC**. vol. 18 nº. 51 fev.2003.

SILVA, C. M. M. da; FRAXE, T. J. P. **Governança ambiental**: conceitos e perspectivas de estudo para as localidades de Mocambo e Caburi, no município de Parintins/AM. ANAIS do II Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Manaus: EDUA. 2012 (2). ISSN: 2178-3500.

VEIGA, J. E. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, DF, v. 13, n. 3, p. 383-404, set./dez. 1996.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v30i54.5940> | Edição Vol. 30, Núm. 54, 2021.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.